



(Tradução)

澳門特別行政區立法會
Região Administrativa Especial de Macau
Assembleia Legislativa

Interpelação Escrita

O Governo tem permitido que fiquem por aproveitar grande número de terrenos, o que acaba por impedir o desenvolvimento equilibrado da sociedade. É o caso do terreno do "Parque Oceanis", que foi concedido antes da transferência de soberania, tem uma área de cerca de 130 mil metros quadrados, e tem sido alvo da atenção da população, que espera que o terreno seja retomado para a construção de 20 mil habitações. Em 2016, apresentei uma interpelação escrita para reflectir as opiniões da população, na qual afirmo que a retoma dos terrenos desaproveitados vai, com certeza, gerar litígios judiciais, mas se o Governo iniciar, quanto antes e de acordo com a lei, o processo de recuperação, e tomar uma decisão legítima, não vai perder no tribunal; e que os processos judiciais de um número significativo de terrenos deveriam estar já concluídos, para se poder planear e aproveitar esses terrenos em prol do interesse público. Naquela altura, em cumprimento das instruções do Chefe do Executivo, a Direcção dos Serviços de Solos, Obras Públicas e Transportes respondeu que ia ser necessário realizar uma análise individual dos motivos do não aproveitamento dos terrenos, tendo em conta os respectivos contratos, e dos fundamentos invocados pelos concessionários, e acrescentou que os terrenos retomados iam ser prioritariamente destinados à construção de habitação pública e de equipamentos sociais. Vários anos depois, o Governo decidiu declarar a caducidade da concessão do referido terreno, e este ano, o Tribunal de Segunda Instância também decidiu manter a caducidade da concessão. Assim, a população espera que o Governo se empenhe em desenvolver o



(Tradução)

澳門特別行政區立法會
Região Administrativa Especial de Macau
Assembleia Legislativa

referido terreno de grande dimensão e situado num local onde as deslocações são fáceis, para que não continue desaproveitado.

Assim sendo, interpelo sobre o seguinte:

1. O Governo deve preparar-se, quanto antes, para desenvolver os terrenos que vão sendo recuperados, em vez de continuar a deixá-los desaproveitados, especialmente o terreno com uma área de cerca de 130 mil metros quadrados, junto à Ponte Macau-Taipa, pois trata-se de um terreno grande, situado num local onde as deslocações são fáceis, e em relação ao qual o Tribunal de Segunda Instância decidiu manter a caducidade da concessão. Isto vai ser feito?
2. O Governo vai manter a intenção inicial de dar prioridade à construção de habitações e instalações sociais nos terrenos recuperados e cujas acções judiciais já foram concluídas?
3. Na consulta pública sobre o planeamento urbanístico geral, a decorrer este ano, o Governo deve propor o desenvolvimento do referido terreno, de grande dimensão e situado num local onde as deslocações são fáceis, para a construção de um determinado número de habitações económicas, de habitações para a classe sanduíche e de equipamentos sociais, de modo a recolher as opiniões da população e dar início, o mais cedo possível, à respectiva construção, em prol do bem-estar da sociedade. Vai fazê-lo?

6 de Julho de 2020

**O Deputado à Assembleia Legislativa da
Região Administrativa Especial de Macau,
Ng Kuok Cheong**